

**RUTH AURORA DA SILVEIRA CAMARGO**



**Movimento de Reorientação Curricular da Alfabetização de Jovens e  
Adultos na Rede Municipal de Ensino de São Paulo no Período de  
1989 - 1992. Análise do Impacto à Implementação da Proposta  
Educativa de Paulo Freire**

**RUTH AURORA DA SILVEIRA CAMARGO**

**Movimento de Reorientação Curricular da Alfabetização de Jovens e  
Adultos na Rede Municipal de Ensino de São Paulo no Período de  
1989 - 1992. Análise do Impacto à Implementação da Proposta  
Educativa de Paulo Freire**

1997

## SUMÁRIO

1 Introdução	3
• Justificativa	4
• O Problema	5
• Procedimento Metodológico	8
• Análise das entrevistas • Resistências	9 17
2 Considerações Finais	<del>18</del> 19
3 Bibliografia	<del>18</del> 20

## I Introdução

"É a política educativa de um partido que, sendo popular, não é populista, sendo revolucionária, não é autoritária, sendo educador, se reconhece educando dos movimentos sociais populares. A educação que um partido assim precisa pôr em prática e aperfeiçoar é tão política e se acha tão "grávida" de ideologia quanto o que qualquer partido conservador planeja e executa".

Paulo Freire

Este trabalho é um estudo de caso, que analisa o impacto, que a reorientação curricular do Governo Petista, ocasionou em uma unidade escolar do Município de São Paulo. Para tanto estudamos as Políticas Educacionais implementadas pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, no que se refere à Alfabetização de Jovens e Adultos, no período 1989-1992:

- Programa de Educação de Jovens e Adultos (EDA), ~~foco de nosso estudo;~~

Este estudo procura demonstrar que, quando existe, por parte dos governantes, compromisso político com os anseios das classes populares, constroem-se projetos político-pedagógicos que efetivam práticas alfabetizadoras comprometidas com sua emancipação.

Com Paulo Freire, admitimos que a educação não é neutra. É intencional e cada partido, no poder, deixa claro a serviço de quem está trabalhando.

O período 1989-1992 representa uma volta ao início dos anos 60, quando, pela primeira vez na história da Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil, implementou-se um plano educacional que visava à emancipação das classes populares: o método Paulo Freire de Alfabetização de Jovens e Adultos. Essa a razão da escolha do tema deste estudo.

## JUSTIFICATIVA

A necessidade da educação de jovens e adultos é justificada pelo grande contingente de analfabetos em nosso país. O direito à educação, garantido pela Constituição de 1988, confirmado em reuniões de grande relevância, como a da Tailândia, em 1990, reforça a importância de estudos e ações nesta área prioritária.

A preocupação com uma educação de adultos que ultrapasse as justificativas econômicas, que visam ao desenvolvimento do país, só aconteceu no final da década de 50. Na época, foi introduzido o método Paulo Freire, que apresentava um componente político e social. Não se tratava de apenas repor conteúdos formais da escola de primeiro grau, mas possibilitar compreensão e análise crítica da realidade em que o aluno está inserido, o que levou à substituição das metodologias autoritárias.

Após o golpe de 1964, a proposta educacional de Paulo Freire, considerada subversiva, foram implantados programas oficiais: MOBILIZAÇÃO, FUNDAÇÃO EDUCAR, EDUCAÇÃO PARA TODOS e PLANO NACIONAL de ALFABETIZAÇÃO e CIDADANIA, que objetivavam tão-somente preparar a mão-de-obra para o mercado de trabalho e responder a um direito de cidadania cobrado pelo povo.

Na gestão petista 1989-1992, a proposta de Paulo Freire foi retomada pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

Este estudo propõe-se analisar como a unidade escolar onde lecionávamos reagiu à implementação da proposta, uma prática democrática, rara na história da educação de nosso país. O objetivo é contribuir para a avaliação das transformações ocorridas na escola nesse período e oferecer subsídios para a construção de políticas educacionais que visem à emancipação e participação popular no processo educativo.

A história da Alfabetização de Jovens e Adultos aponta a exclusão da imensa população brasileira de um bem socialmente construído, que é a educação.

## O PROBLEMA

Pretendo analisar as propostas político educacionais do Partido dos Trabalhadores no que se refere à Alfabetização de Jovens e Adultos, leis e decretos que a implementaram e o impacto que causaram na unidade escolar em que trabalhava.

Professora da rede pública municipal de São Paulo, trabalhando com alfabetização de Jovens e Adultos, tive a oportunidade de vivenciar no período 1989-1992 a implementação das Políticas Educacionais, quando era secretário da Educação o professor Paulo Freire.

Visando melhor compreender tais propostas, iniciei o curso de Pós-Graduação em Educação (Supervisão e Currículo) na PUC-SP, em 1992.

No Núcleo de Pesquisa Educação para os Excluídos da Educação, de cuja equipe fazia parte o professor Paulo Freire, permaneci cinco semestres estudando o mecanismo de exclusão do sistema educacional brasileiro e formas de superação.

“Até 1989, 58% das escolas municipais permaneciam fechadas à noite e, em 1992, apenas 6% permaneciam nesta situação. Entre 1989 e 1992, as matrículas do período noturno cresceram acima de 57%. O professor recebeu melhores condições de ensino, participou de trabalhos coletivos e de formação continuada, conquistando adicional por trabalho noturno e incentivo à experimentação pedagógica. (. . . ) Hoje, pode-se afirmar que o acesso à educação foi substancialmente ampliado e a cultura escolar começou a incorporar o ensino noturno como uma de suas dimensões relevantes. Desse novo patamar cabe dar um salto em direção a uma nova qualidade, que começou a ser delineada pelo Movimento de Reorientação Curricular do Ensino Noturno”.<sup>1</sup>

Foi um momento histórico de transformações para os professores, que tiveram a oportunidade de rever e repensar sua prática a partir da Pedagogia Libertadora. Os alunos, além de se alfabetizarem, também tiveram a oportunidade de desvelar as condições de sua realidade.

---

<sup>1</sup> Cadernos de Formação. Reorientação Curricular do Ensino Noturno. Série: Construindo a Educação do Jovem e Adulto Trabalhador. Caderno 3 CO - DOT - EDA - PSG - Pj 13/92.p. 6.

A instauração de uma política educacional democrática criou mecanismos que permitiram a todos os envolvidos no processo participarem, como sujeitos, na elaboração do plano de Alfabetização de Jovens e Adultos.

Foi um momento de trocas de experiências, aprofundamento teórico, investigação de novas estratégias de alfabetização. Para um estudo aprofundado e sistemático do mundo por nós vivido na unidade escolar em que lecionávamos, optamos pela abordagem qualitativa, realizando um estudo de caso.

Como estudo de caso do EDA pretendemos discutir a opinião de professores, coordenadores, diretora da escola e dos alunos.

As entrevistas terão como objetivo conhecer os fundamentos teóricos e metodológicos utilizados no trabalho desses técnicos e a opinião dos professores das turmas de alfabetização de jovens e adultos sobre as mudanças políticas educacionais implementadas pela gestão.

As entrevistas foram realizadas através de questões semi-abertas, porque esta técnica favorece o entrevistado para que se expresse espontaneamente sobre a sua própria realidade de trabalho, facilitando o enfoque qualitativo da questão em estudo.

Pretendemos que o depoimento dos entrevistados nos leve a melhor entender como as propostas da política educacional foram percebidas e se refletiram nos mais diversos momentos da vida escolar.

“A pesquisa avaliativa pode ser considerada uma terceira corrente tradicional. Sua preocupação nuclear diz respeito aos resultados do “tratamento”. Ela procura determinar se as mudanças buscadas, através de uma intervenção, realmente aconteceram... A pesquisa avaliativa preocupa-se também com a questão de determinar se as mudanças observadas podem ser atribuídas à intervenção, com razoável grau de certeza; a pesquisa avaliativa, portanto, lança mão não somente de método científico, mas também de procedimentos planejados para testar relações causais...”<sup>2</sup>.

A visão sobre a experiência dos agentes envolvidos nos dará diretrizes de como se construiu, e se pensou a escola nesse período histórico. Nosso trabalho efetua não apenas uma

ingênua descrição da realidade estudada, mas uma investigação de como os sujeitos perceberam a experiência de uma escola que se abria para receber o jovem adulto analfabeto como um sujeito que vem para ela, exercer um direito a constituição lhe assegura. Tentaremos desvelar como os sujeitos agiam dentro dessa nova realidade, suas resistências às mudanças e as intervenções vindas do Núcleo de Ação Educativa (NAE).

A abordagem qualitativa se caracteriza pela busca de elementos novos que vão emergindo durante o estudo, permitindo interpretar os fatos e o contexto no qual se inserem. Em nosso estudo utilizamos:

1) Documentos da Secretaria Municipal de Educação, do período 89/92, sobre Alfabetização de Jovens e Adultos, leis e decretos que embaçaram as políticas para a sua implantação, analisados através da pesquisa documental como fontes de informações e dados sobre o contexto no qual surgiram.

2) Projetos realizados durante a implementação da proposta educacional, sobretudo o projeto de Educação de Jovens e Adultos (EDA).

A pesquisa realizou-se na escola em que lecionávamos para possibilitar, dentro da abordagem escolhida, o estudo do mundo vivido.

---

<sup>2</sup> Maria Amélia Azevedo GOLDBERG e Clarilza Prado de SOUZA (organizadores). Avaliação de programas educacionais. Vicissitudes, Controvérsias, Desafios. 1982. p.10.

## PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para o estudo das diretrizes gerais e políticas educacionais implementadas pela gestão petista no que se refere à alfabetização de jovens e adultos no município de São Paulo, analisamos o que é educação para o Partido através do livro *Pra Que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. Verificamos se o projeto político educacional implementado pela Secretaria da Educação estava respeitando os princípios do partido. As políticas educacionais voltadas para a educação de jovens e adultos é parte de um plano maior político educacional da Secretaria Municipal da Educação.

A entrevista semi-estruturada foi utilizada para estarmos abertos aos novos elementos que podem surgir no decorrer da entrevista.

O fato de termos possibilidade de um contato pessoal com os sujeitos envolvidos nos permitiu melhor entendimento da dinâmica das relações travadas na escola em diferentes momentos e situações.

As entrevistas com as professoras e a diretora, realizadas em suas residências, foram gravadas e transcritas. A coordenadora e a secretária foram entrevistadas na própria escola. A análise dos conteúdos foi feita inicialmente através de “leitura flutuante”, que permitiu maior compreensão dos depoimentos, facilitando a identificação dos temas neles contidos.

As entrevistas tiveram como objetivo conhecer os fundamentos teóricos e metodológicos e a opinião dos professores sobre o projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos.

Tentaremos desvelar como os sujeitos agiram dentro da nova realidade, suas resistências às mudanças e as intervenções vindas do Núcleos de Ação Educativa (NAE) e analisar e interpretar os dados obtidos através de Técnica da Triangulação, que tem “por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo”, visto que é impossível conceber o fenômeno social sem sua contextualização histórica, social, técnica e política.

## ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizados em junho de 1994, segundo roteiro de perguntas abertas.

Todas as pessoas entrevistadas trabalhavam, em 1992, na unidade escolar onde demos início a este trabalho e lá continuam trabalhando, com exceção da diretora, que, desde 1993, se encontra afastada, prestando serviço em órgão central da Secretaria Municipal de Educação. O Quadro nº 5 mostra a caracterização do grupo de professores:

Quadro nº 5 - Caracterização dos professores entrevistados

	Tempo em que leciona nas redes			Tempo em que é formada no Magistério	Formação Universitária
	Municipal	Estadual	Particular		
Prof. <sup>a</sup> A	9	-	3	17	-
Prof. <sup>a</sup> B	4	26	-	26	-
Prof. <sup>a</sup> C	7	10	6	22	Incompleto (1 ano e meio de Pedagogia)
Prof. <sup>a</sup> D	6	-	-	20	-

As professoras trabalham de 17 a 26 anos no Magistério de 1º grau e não têm curso universitário completo. Estão lecionando na rede municipal de 4 a 9 anos.

Quanto à motivação para o trabalho, sobressaem os motivos políticos e afetivos. Ficou bastante evidente a identificação das quatro professoras com o grupo de jovens e adultos analfabetos, muito exposto à injustiça social:

“Em primeiro lugar a paixão, principalmente por ser uma classe social sofredora e em segundo lugar porque me identifico com eles”.

Quanto aos procedimentos metodológicos, os princípios da educação libertadora estão subjacentes nas declarações das professoras entrevistadas. Encontramos freqüentemente a utilização do diálogo no processo de ensino, considerando as características e interesses do aluno na seleção de conteúdos, partindo do saber por ele produzido e procurando ter conhecimento das

suas características pessoais e condições de vida. Este último aspecto é salientado até mesmo por professora que afirma utilizar “métodos tradicionais”.

“Eu acho que primeiro você tem que ir pela sua clientela, no primeiro momento fazemos uma sondagem para descobrir o que era significativo para os alunos. Seleccionamos palavras-chave e depois passamos para os textos; procuramos sempre partir da vida deles para escrever ou procurar sempre reescrever o texto, ter um momento de conversa, onde nós nos conhecíamos melhor. É preciso deixar as pessoas expressarem o que estão sentindo e não você chegar e jogar o que você está querendo dar”.

Os desafios referem-se às diferenças de motivações e de comportamentos, em grupo formado por adolescentes e adultos. Torna-se tarefa bastante difícil organizar o trabalho de classe para alunos que na sua maioria são trabalhadores que labutam de dia e estão cansados.

O trabalho, objetivando a formação de pessoas críticas e atuantes que se sintam valorizadas, que tenham consciência de sua cidadania e consigam ampliar suas oportunidades de trabalho, torna-se um desafio constante para os educadores.

“Em 1<sup>o</sup> lugar, considero a vida um eterno desafio. Eu gosto dos desafios. Em 2<sup>o</sup> lugar, procuro fazer com que meus alunos se valorizem e, em 3<sup>o</sup> lugar, procuro fazer com que eles se tornem seres mais atuantes, mais conscientes de suas cidadanias e mostrar para eles o que nem sempre os meios de comunicação mostram. E, em 4<sup>o</sup> lugar, fazer com que aprendam a ler e a escrever, não somente isso, mas que eles desenvolvam o senso crítico, melhorem suas chances de empregos”.

“O problema maior que se encontra é a disciplina. Os alunos mais velhos têm mais responsabilidade e vontade de aprender, mas também têm muita dificuldade. Com a indisciplina, os mais velhos ficam mais atrapalhados”.

Reconheceram que foram valorizados no aspecto humano e financeiro, através dos projetos de formação continuada, fatores que contribuíram para melhoria da qualidade de seu trabalho.

“Foi a melhor gestão que eu vi até hoje! Eu vivi a gestão do Mário Covas, Jânio Quadros e Luiza Erundina e atualmente Paulo Maluf. A melhor de todas, principalmente para a educação, para a valorização humana do professor. Tenho saudades”.

“Sem dúvida. Tempo para fazer cursos. Você podia ir ao NAE no seu horário de aula e era remunerada para fazer o curso de alfabetização aos sábados e foi muito cansativo. Porque a gente dá aula de dia e à noite. Apesar dos cursos serem válidos, assim mesmo é muito cansativo ficar o sábado inteiro tendo curso durante um ano todo”.

São explicitados muitos aspectos positivos. Salientam principalmente as políticas de valorização do professor no período 89-92, a oportunidade de trabalho coletivo e a formação continuada através de cursos considerados bons. Foi sugerido que seria ainda melhor, se os cursos fossem ministrados nas próprias unidades escolares.

Critica-se a implantação de ciclos, pois a promoção automática reduz o empenho dos alunos, aumenta a indisciplina e piora a aprendizagem.

“Dessa gestão só tenho coisas boas para falar, para lembrar. Ela proporcionou ótimos cursos, facilitou a vida do professor, valorizou o aluno, criou espaços para trocas entre colegas. Só tenho críticas positivas”.

“Sou contra os ciclos, a promoção automática. O aluno, sabendo que não vai ser reprovado no final do ano, ele não se esforça para aprender. Isso aumentou muito a indisciplina. Isso em vez de melhorar veio piorar a aprendizagem dos alunos”.

Criticam a nova forma de escolha de classe, considerando que a forma anterior à implantação do Estatuto do Magistério que favorecia os antigos monitores era mais adequada:

“Eu gostaria de poder continuar a trabalhar com adultos. Agora estou trabalhando como eventual sem classe. Não consegui vaga à noite, estou trabalhando no horário diurno”.

A respeito do trabalho em equipe, as professoras enfatizam o valor do diálogo com colegas e a troca de experiências, levando à facilitação de resolução de situações difíceis no processo de ensino - aprendizagem. Salientam também a importância dos cursos ministrados, que possibilitam a ampliação da visão nas questões educacionais e a utilização de novas metodologias, além de proporcionar autovalorização do próprio professor.

“Eu gostei muito do curso de Psicodrama. Eu passei a usar em sala de aula o teatro para dar aula de Matemática, a mímica, dramatização. Trabalhamos Português. A linguagem. Dramatizamos várias profissões. Comecei a brincar com eles de uma forma diferente. Com os professores também foi ótimo. Na hora em que nos reuníamos com os colegas, fazíamos trocas de

experiências. Tínhamos oportunidade de conhecer os professores novos e de com eles trocarmos as nossas experiências”.

Seu desejo era fazer um curso superior. Uma delas declarou ter feito um ano e meio o curso de Pedagogia. Fica evidente a impossibilidade de uma formação contínua, se esta não for oferecida em serviço.

Fizemos questão de entrevistar a secretária, por ser a primeira a falar com o aluno que chega à escola. Está trabalhando na escola há 18 anos e como secretária há 12 anos. Ela conta alguns fatos da escola:

- “Nós emprestavamos o prédio diretamente para os professores, e eles não tinham nenhum vínculo com a escola. A partir de 1989, o curso supletivo foi integrado à escola e os alunos começaram a ser matriculados”.

No início funcionavam somente duas classes de 1ª e 2ª série, no 2º semestre, passou a três classes e assim foi aumentando gradativamente.

- “. . .o curso foi bem aceito e a frequência foi aumentando a ponto de não termos vagas suficientes. Foi de fato um grande sucesso, muito bem aceito pela comunidade”.

Nem sempre os alunos tinham a documentação exigida e, nestes casos, era permitida a matrícula, desde que se comprometessem a providenciá-la.

Os alunos novos, sem comprovantes de escolaridade, passavam por uma triagem: “para colocá-lo na classe mais adequada”.

Considera positiva a implantação dos ciclos, os grupos de formação e cursos oferecidos aos professores. . . “que davam a eles maior informação e atualização”. Considera também ter melhorado a merenda oferecida aos alunos durante a gestão petista.

## ENTREVISTA COM A COORDENADORA PEDAGÓGICA

Ela tem formação em Pedagogia e Psicologia e exerce o cargo de OP há 12 anos, sendo 10 na rede municipal. Seus depoimentos revelam que muito se empenhou em trabalhar com as professoras os pressupostos construtivistas e interacionistas:

- Discutimos muito as propostas de trabalho baseados nos pressupostos de Emília Ferreiro, Piaget, onde estudamos como o adulto descobre a escrita; baseamo-nos também em Vygotsky. Nós discutíamos como poderíamos estar trabalhando com a bagagem que o aluno traz de casa para dentro da sala de aula, o conhecimento que ele tem do mundo letrado fora da escola.

Aponta a instabilidade dos alunos iniciantes (Suplência I) com nível de desistência relativamente alto.

Sobre os procedimentos didático - pedagógicos menciona: trabalhos com grupos de professores, objetivando desenvolver a capacidade de atuar com os alunos dentro de uma postura construtivista e interacionista.

Em sua opinião, a formação permanente possibilitou:

.uma efetiva capacitação para lidar com uma clientela específica (o que não é desenvolvido devidamente na formação acadêmica);

.a atualização durante o período de trabalho, a criação de projetos da escola e espaços de discussão coletiva;

.apoio dos supervisores no desenvolvimento dos projetos através de trabalhos participativos com professores e alunos.

Sobre a política educacional implementada pela gestão petista ressalta:

.valorização do trabalho na sala de aula, criação de espaços para encontros entre professores, o que favoreceu a reciclagem e trocas de experiências;

.propostas educacionais dinâmicas que envolveram os educadores mas que não houve tempo para se sedimentarem e possibilitar uma avaliação. Considera pouco tempo para que as mudanças ocorram (4 anos). Atualmente, percebem-se melhor as mudanças nas professoras e professores que participaram das atividades de formação permanente. Há perigo de que os avanços não continuem por falta de estímulo.

Considera que houve facilitação da frequência à escola dos alunos mais velhos pelo funcionamento da Suplência e maiores possibilidades de trabalho para os alunos.

A diretora da escola tem formação em Pedagogia, habilitação em Administração Escolar e pós-graduação em Filosofia da Educação. É formada há 26 anos. Trabalha há 19 anos na rede municipal e há 7 anos como diretora. Tem experiência como assistente pedagógica e orientadora educacional.

Considera difícil e frustradora a função de diretora, devido à estrutura burocrática do sistema educacional que obriga o diretor a encarregar-se prioritariamente de tarefas administrativas, colocando em segundo plano a dimensão pedagógica. Há falta de verbas e de pessoal interferindo negativamente no desenvolvimento do trabalho.

Politicamente, há falta de continuidade dos projetos educacionais em nível de sistema. Somente haverá continuidade, se a escola conseguir organizar-se.

Considera difícil, no cotidiano, lidar com pessoas diferentes (funcionários, alunos, pais, professores); baixo nível de envolvimento do pessoal da escola em projetos, decorrente da falta de recursos materiais e humanos que levam a sobrecargas; positivo a abertura do noturno, por proporcionar oportunidades educacionais a um número maior de alunos, e a orientação pedagógica adotada, que levou à ampliação do número de alunos, incluindo os pais de alunos do curso regular.

- E nós, às vezes, ficávamos satisfeitos de vermos pais de nossos alunos, até avós e nossos funcionários estudando à noite e conseguindo se formar. E, quando chegava o dia da formatura, estes alunos faziam questão de levar os filhos e os netos para assistir. Isto era muito bonito, muito gratificante ver todo mundo arrumadinho ali na formatura, torcendo.

É negativa, porém, em seu entender, a ampliação de períodos, sem aumento de funcionários de todos os níveis, inclusive professores.

Como procedeu a gestão petista no que se refere à abertura da escola municipal à noite?  
Ela responde:

- A escola à noite foi instalada obrigatoriamente, não havendo ampliação de pessoal para atendimento, razão pela qual a equipe técnica foi contrária, cedendo, por verificar a grande necessidade dos alunos e devido à obrigatoriedade legal.

Questiona se a qualidade de ensino é possível em uma situação de carência material e humana. Considera, porém, que a possibilidade de atendimento às pessoas que não tiveram outras oportunidades educacionais justificou a implantação dos cursos noturnos.

- Mas, também, teve o lado positivo, porque mesmo este pouco que a gente achava que estava conseguindo fazer as pessoas achavam que era muito. Acho que valeu por isso. A gestão petista tornou obrigatória a abertura da escola no horário noturno, propiciando que um enorme contingente de jovens e adultos impossibilitados de frequentá-la no horário diurno o fizessem à noite. Contribuiu desta forma para minimizar o analfabetismo na cidade de São Paulo e para que concluíssem o 1º grau de ensino. Esta abertura trouxe alguns transtornos para a escola que não estava com o número de funcionários suficientes para assumir mais um período.

Acreditamos que por parte de toda a comunidade escolar houve vontade política para ver no aluno da Suplência um jovem, um adulto que deseja estudar para estar mais preparado para atuar no contexto social, político e econômico.

Diz a coordenadora pedagógica:

- A escola passou a funcionar integrada com a Suplência.

Esta integração fez com que os monitores de educação de adultos procurassem se habilitar para passar a fazer parte do quadro de professores da escola.

- Conversando, querendo saber da vida deles, de suas famílias, o que eles fazem, no que eles trabalham, possibilitando, desta forma, que haja uma troca de informações entre professor e alunos e para que cada um saiba um pouco da vida do colega. Eu também conto para eles um pouco da minha vida. Partindo disso, vejo a necessidade do aluno e procuro trabalhar dentro do interesse dele.

- A troca de experiências (referindo-se aos grupos de formação que aconteciam diariamente na escola) beneficia muito. As reuniões que tivemos no NAE também foram muito boas. Estes cursos aumentam a sua visão. Às vezes, fazem com que nós mudemos uma tática e passemos para outra. Um curso que fiz foi para incentivar a parte artística. Nós fizemos um trabalho que me ajudou a me soltar no desenho e acabei gostando de desenhar. Porque eu me lembro que, quando eu desenhava, a minha professora dizia que estava horrível, que estava horroroso. E ela, no curso, valorizava tudo o que a gente fazia. Eu acho que hoje a gente deve

valorizar tudo o que o aluno faz. Sentimo-nos privilegiados por termos participado de uma gestão que valorizou alunos e professores e possibilitou a todos participarem da construção da proposta pedagógica, que nos permite refletir sobre a prática - teoria - prática.

Como disse a coordenadora da escola:

- Eu sinto que os professores, após terem participado dos grupos de formação permanente, não são mais os mesmos, os ganhos que nós tivemos, de um modo geral, foram bastante significativos.

Quanto ao perigo do retrocesso, declarou:

- Sim, o perigo do retrocesso você tem. Porque são coisas que acabam dando bastante trabalho para o professor. Você ficar estudando e construindo o seu conhecimento é uma coisa que demanda tempo, esforço. E eu acho que pela própria maneira, pelo estilo de vida que você tem. Aquele professor que foi sensibilizado mas que está em alguns momentos vacilando em relação às mudanças, a primeira acomodação que tem ele estaciona e regride. Lógico que nunca volta ao ponto onde ele estava.

Este processo de participação, de elaboração na construção do conhecimento é um processo que não tem fim, dura o tempo de vida das pessoas envolvidas nele e é lento, precisa ser construído passo a passo e, para tanto, todos precisam estar com vontade de se auto-emancipar, de transformar o espaço escolar. Ele precisa ser desmontado, reconstruído para que passe a incluir ao invés de excluir do processo político educacional a grande maioria da população escolar. Só assim a escola se democratiza.

A Política Educacional propiciava ao educador repensar sua prática e conteúdos trabalhados.

Nos encontros pedagógicos que aconteciam nos NAEs, professores, pedagogos, diretores de escolas discutiam questões como estas:

- que aluno queremos formar
- que escola queremos construir
- autogestão da escola pública
- avaliação
- o compromisso da escola com a sociedade a que se destina e tantos outros temas que levavam à reflexão das raízes da problemática educacional.

Neste trabalho coletivo, as resistências a mudanças eram gradativamente minadas, ou pelo menos se tomava consciência delas e se aprendia a mantê-las sobre vigilância constante. Nascia assim com força o aspecto pedagógico e o administrativo passava a ser visto em função do pedagógico.

O compromisso do educador com seu aluno concreto da sala de aula passava a ser objeto de discussão, diariamente, nas reuniões pedagógicas da escola.

Uma atmosfera de mudanças no cotidiano da escola passou a vigorar. Ela deu força total aos Conselhos de Escola. Os pais se sentiam encorajados a opinar e passaram a participar das decisões que conduziram a escola à realização de seus objetivos.

Havia professores que reagiam a essa participação, mas no dia-a-dia aprenderam a repartir seu espaço com os pais. O educador necessita aceitar a participação do pai que questiona a escola, questiona o professor, os conteúdos trabalhados, a forma de avaliação, enfim, questiona toda a vida escolar.

Nesta situação nada foi tranquilo nem fácil para nenhuma das partes, por serem todos filhos de uma sociedade onde a prática da democracia é muito reduzida e só será aprendida, se for praticada.

“Eu acredito que democracia seja um esforço árduo, para cada um, de trabalhar com as diferenças. E é no conflito que se encontra a democracia, não no consenso”<sup>48</sup>.

Viver democraticamente é aprender a conviver com a diferença, com o conflito de idéias, numa relação social não alienada. A escola existe como lugar de contradições que, longe de serem disfunções indesejáveis das relações humanas numa sociedade patrimonialista, são a matéria-prima da transformação possível do estado de coisas vigente em instituições como as escolas públicas de primeiro grau situadas nos bairros mais pobres”<sup>49</sup>.

A visão preconceituosa dos professores e especialistas quanto à entrada dos pais na vida escolar teve que ser revista, mas ainda existe um longo caminho a ser percorrido até que todos se vejam como aliados, parceiros no processo de ensino e aprendizagem.

A resistência de alguns professores aos cursos oferecidos pela Prefeitura não deixou de ocorrer:

“A Prefeitura quer que nós trabalhemos a Alfabetização de Adultos a partir de textos do interesse do aluno. Então, por que ela não prepara uma cartilha, que leve em contas estes interesses?”

Evidentemente, ainda não se havia interiorizado a orientação pedagógica, participativa e emancipatória dos professores, que junto com seus alunos criam seus próprios textos, os quais refletem os problemas, os sonhos, a realidade dos alunos com o qual o professor está trabalhando.

---

<sup>48</sup> Jean FOUCAMBERT. Nova Escola - março/1993. p. 25

<sup>49</sup> M. H. S PATTO. A Produção do Fracasso Escolar, p. 384.

## II Considerações Finais

Analisando os dados obtidos através do estudo das leis e materiais técnicos-pedagógicos, as falas dos envolvidos sobre o impacto que a reorientação curricular ocasionou na escola Sofia,<sup>\*</sup> acredito poder afirmar que houve por parte de todos os participantes da vida escolar a preocupação de rever sua prática, rever seu papel de aluno, professor, diretor, coordenador e construir um ensino comprometido com os interesses do aluno.

Foram criados espaços dentro da escola para participação e formação para que o direito à educação fosse respeitado e garantido.

Esse trabalho conjunto mais amplo e abrangente foi significativo para que todos fizessem parte da construção de uma escola da qual todos pudessem se orgulhar.

Acreditamos que a escola de qualidade já existe em nosso país. Existem educadores seriíssimos extremamente comprometidos com mudanças radicais que levem a transformações.

“A administração petista no município de São Paulo pode ser apontada como contraponto à discussão e prática dominantes no contexto brasileiro, por defender a classe trabalhadora, na cidade que é o maior pólo industrial do país, com a presença do capital estrangeiro e grande expansão do setor terciário. Uma cidade que vive sob o signo do capitalismo”<sup>3</sup>.

Proporcionar ao trabalhador-aluno uma escola de qualidade foi possível porque houve conscientização geral entre educadores da Rede Municipal e a administração. A partir daí foi possível construir um trabalho pedagógico que levasse em conta as especificidades do aluno.

Os resultados obtidos mostraram que é possível fazer uma educação séria e de qualidade, quando existe vontade política de garantir os interesses e direitos dos cidadãos.

Cabe aos pesquisadores da área da educação divulgar os resultados para que toda a população brasileira enxergue as possibilidades de construir no Brasil uma escola de qualidade, moderna, democrática e controlada pela sociedade, através de mecanismos de participação popular.

---

<sup>3</sup> Margaréte May BERTTENBROCK. Conselho de Escola: Um Aprendizado Democrático no País das Excludências. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1993. p.108.

\* Nome fictício

### III REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CAMARGO, Ruth Aurora da Silveira.. *A Alfabetização de Jovens e Adultos no Município de São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina de Sousa (1989-1992)*. São Paulo. 1997.